



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto abaixo.

Preocupada com a ameaça de repetição da crise alimentar que provocou conflitos em várias partes do mundo em 2008, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) convocou uma reunião de emergência, em Roma. As causas dos problemas atuais são bem diferentes das que, há dois anos, levaram o mundo a enfrentar uma séria crise de alimentos. Neste ano, o mundo deverá colher a terceira maior safra de grãos da história e os estoques mundiais estão em nível bem mais alto do que em 2008. Mesmo assim, as cotações de alguns dos principais produtos, de grande consumo pelas populações mais pobres do planeta, subiram muito nos últimos meses e algumas, como as do trigo, mantêm tendência de alta.

Protestos contra a alta exagerada de alguns produtos, como o pão, e a escassez de outros, já ocorreram em Moçambique, no Egito e na Índia. Na Rússia, a falta de trigo preocupa a população, e a história recente do país mostra que a escassez de produtos essenciais – como salsicha, sal e vodca, além de farinha de trigo – pode resultar em instabilidade política.

Uma combinação de pânico de escassez prolongada e um grande fluxo de investimentos que não encontram atrativos no mercado financeiro para a especulação com estoques e preços de produtos agrícolas está provocando, há alguns meses, uma alta contínua das cotações de alimentos. O índice geral de preços está no seu nível mais alto desde setembro de 2008.

Um conjunto de más notícias assustou os consumidores, que foram às compras, o que está pressionando os preços ainda mais para cima. A Rússia transformou-se na principal fonte de notícias ruins para o mercado mundial de alimentos. Assolada pela seca, que deu origem a muitos incêndios nas plantações, estima que este ano sua produção de grãos será 38% menor do que a de 2009. As inundações na Ásia destruíram plantações e dificultaram a distribuição de produtos, especialmente para a população mais pobre.

Nesse quadro, alguns produtores preferiram manter o produto estocado a vendê-lo pelos preços oferecidos, o que estimulou a alta. Além disso, com os juros baixos na maioria dos países, como parte das medidas de estímulo para as economias afetadas pela crise mundial, investidores estão buscando outras opções de aplicação, e as encontram no mercado de produtos agrícolas, cujos preços, por isso, sobem mais. São notícias preocupantes, mas as reservas mundiais em grãos, suficientes para cobrir a quebra de produção provocada pelos fenômenos climáticos, deveriam conter seus efeitos. Infelizmente, esse dado não está sendo levado na devida conta.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, Notas e Informações, A3, 12 de setembro de 2010)

1. De acordo com o texto,
 - (A) a atual crise de abastecimento do mercado mundial de grãos decorre de situação semelhante à que provocou conflitos, dois anos atrás.
 - (B) a dificuldade encontrada por alguns países em vender seus produtos no mercado mundial provocou a elevação dos estoques de alimentos.
 - (C) o objetivo imediato dos países produtores, em momentos de crise alimentar, passou a ser a garantia do atendimento à sua população, especialmente a mais pobre.
 - (D) a existência de grandes estoques de alimentos, que garantem sua oferta, tem sido insuficiente para conter o aumento de preços no mercado mundial.
 - (E) o atual aumento nas cotações de preços de alimentos se justifica pela preocupação maior com a manutenção dos estoques nos países produtores.
2. *Infelizmente, esse dado não está sendo levado na devida conta.*

A opinião exposta no final do texto se baseia no fato de que

 - (A) a FAO, órgão da ONU voltado para os problemas de alimentação, não está exercendo seu papel controlador dos estoques mundiais, para evitar a escassez de alguns produtos.
 - (B) a quebra da safra de grãos, em decorrência de fenômenos climáticos extremos em diversos países, põe em risco a oferta de alimentos à população.
 - (C) as reservas mundiais de grãos seriam suficientes para suprir as necessidades da população e conter a atual alta de preços dos alimentos.
 - (D) a escassez de certos alimentos, especialmente na Rússia, deu origem a movimentos de revolta popular que abalaram a credibilidade do mercado mundial.
 - (E) a especulação com estoques de alimentos, embora tenha proporcionado alta de preços, poderia garantir a oferta de grãos no mercado mundial.
3. Considerando-se o texto:
 - (A) Regimes políticos em países assolados por graves fenômenos climáticos são incapazes de conter a revolta da população afetada pela alta nos alimentos.
 - (B) O assunto se desenvolve a partir da comparação entre situações de crise na oferta de alimentos: uma anterior, em 2008, e outra, no momento atual.
 - (C) O autor se preocupa, principalmente, em apontar as catástrofes climáticas ocorridas em várias regiões como responsáveis pela crise atual na oferta de alimentos.
 - (D) O órgão da Organização das Nações Unidas voltado para a agricultura parece ser o único responsável pela manutenção dos estoques de alimentos no mundo todo.
 - (E) Em razão do aumento da população dos países mais pobres, houve maior consumo de alimentos, fato que provocou escassez de alguns produtos básicos.



4. Um título adequado para o texto, redigido com correção, está em:
- (A) Catástrofes climáticas vem comprometer estoques mundiais de alimentos.
- (B) Investimentos na agricultura é reduzida por conta da crise financeira mundial.
- (C) Países asiáticos, além da Rússia, decide suspender exportações de trigo.
- (D) Protestos em vários países contra escassez agita população pobre.
- (E) Risco de crise de alimentos em nível mundial preocupa a FAO.
-
5. *Preocupada com a ameaça de repetição da crise alimentar que provocou conflitos em várias partes do mundo em 2008, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) convocou uma reunião de emergência, em Roma.*
- Entre as informações presentes na afirmativa inicial do texto há relação, respectivamente, de
- (A) finalidade e conclusão.
- (B) tempo e consequência.
- (C) explicação e finalidade.
- (D) causa e consequência.
- (E) tempo e conclusão.
-
6. – *como salsicha, sal e vodca, além de farinha de trigo – (2º parágrafo)*
- Identifica-se, no segmento isolado pelos travessões,
- (A) especificação enumerativa referente à expressão anterior.
- (B) repetição enfática de afirmativa já apresentada.
- (C) retificação de informação constante do desenvolvimento.
- (D) conclusão esperada do que vem sendo discutido no parágrafo.
- (E) reprodução exata de citação constante em documento oficial.
-
7. Considere as substituições dos pronomes grifados nas frases abaixo pelos segmentos em negrito no final de cada uma delas:
- I. *e algumas, como as do trigo, mantêm tendência de alta.* – **as cotações do trigo** (final do 1º parágrafo)
- II. *alguns produtores preferiram manter o produto estocado a vendê-la pelos preços oferecidos* – **a vender o produto estocado** (início do 5º parágrafo)
- III. *e as encontram no mercado de produtos agrícolas* – **as medidas de estímulo** (5º parágrafo)
- IV. *cujos preços, por isso, sobem mais* – **os preços de produtos agrícolas** (5º parágrafo)
- Estão corretas as substituições feitas SOMENTE em:
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.
-
8. ... *que provocou conflitos em várias partes do mundo em 2008 ... (1º parágrafo)*
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento – grifados ambos acima – está em:
- (A) ... *e os estoques mundiais estão em nível bem mais alto do que em 2008.*
- (B) ... *que não encontram atrativos no mercado financeiro ...*
- (C) ... *as cotações de alguns dos principais produtos (...) subiram muito nos últimos meses ...*
- (D) ... *que foram às compras ...*
- (E) ... *que este ano sua produção de grãos será 38% menor do que a de 2009.*
-
9. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:
- (A) A ameaça de crise alimentar, ainda que os estoques mundiais consigam suprir as necessidades do mercado, conduz à alta de preços.
- (B) Os países mais pobres, que dependem da importação de produtos agrícolas para alimentar sua população, é que sai mais prejudicada.
- (C) Vários países que são grandes produtores de trigo, como a Rússia e seus vizinhos, para evitar a escassez desse alimento, suspendeu as exportações.
- (D) A importação de alimentos, principalmente em algumas regiões castigadas pelos fenômenos climáticos, são essenciais para evitar escassez prolongada.
- (E) A instabilidade política gerada por conflitos decorrentes da falta de alimentos básicos, levam governos a manter grandes estoques de produtos agrícolas.
-
10. *A Rússia tenta evitar a alta de preços internos. Autoridades russas se preocupam com a escassez de alimentos. Fenômenos climáticos extremos provocaram a quebra da safra de grãos. A Rússia anunciou a suspensão das exportações de trigo.*
- As afirmativas acima se articulam em um período com lógica, clareza e correção, em:
- (A) Tentando evitar a alta de preços internos com a escassez de alimentos, que decorreram dos fenômenos climáticos extremos provocando a quebra da safra de grãos, na Rússia as autoridades preocupadas, se anunciou a suspensão das exportações de trigo.
- (B) Autoridades russas que se preocupam com a escassez de alimentos, provocados pela quebra da safra de grãos com os fenômenos climáticos extremos, suspendeu as exportações de trigo, no sentido de evitar preços mais altos internos.
- (C) Ocorreu fenômenos climáticos extremos que veio a provocar a quebra da safra de grãos e, para isso, a Rússia anunciou a suspensão das exportações de trigo tentando evitar a alta de preços internos com a escassez de alimentos.
- (D) Preocupadas com a escassez de alimentos e em evitar a alta de preços internos, em decorrência da quebra da safra de grãos ocasionada por fenômenos climáticos extremos, as autoridades russas anunciaram a suspensão das exportações de trigo.
- (E) A Rússia tenta evitar a alta de preços internos, cuja safra sofreu quebra a partir dos fenômenos climáticos extremos; suas autoridades, preocupadas com a escassez de alimentos, anunciou a suspensão das exportações de trigo.



Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto abaixo.

O Brasil é dono de um dos mais extensos e diversificados conjuntos de arte rupestre do mundo. Dele, conhece-se apenas uma pequena parte. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) registra a existência de 2.000 sítios arqueológicos com pinturas e inscrições pré-históricas, mas estima-se que esse número possa ser dez vezes maior. São sítios muitas vezes em locais de difícil acesso, e pinturas isoladas, que ficam a centenas de quilômetros umas das outras.

Esses registros gravados em rochas datam de até 40.000 anos atrás e constituem um patrimônio precioso e frágil por natureza, exposto que é à ação do tempo e das mudanças climáticas. No Brasil, a essa agressão inevitável soma-se uma praga vergonhosa. Aqui, o grande inimigo da conservação é o vandalismo. Pinturas milenares têm sido depredadas por pichações, fogueiras, gado – e até por cartazes de propaganda eleitoral. Nos levantamentos do Iphan a depredação atinge 3% do patrimônio nacional.

O patrimônio rupestre até agora conhecido no Brasil não tem a mesma beleza dos desenhos de locais célebres como as grutas de Lascaux, na França e de Altamira, na Espanha. Mas os sítios formam uma das maiores concentrações do mundo de pinturas ainda não estudadas. Eles estão espalhados pelo país e guardam desenhos de diferentes períodos. Alguns são inscrições geométricas, outros sugerem animais, rituais, cenas de luta. São uma ferramenta importante para os estudos sobre o processo de ocupação do continente americano, além de seu valor como registro artístico. Sua destruição é preocupante, porque recai sobre material que ainda não foi sequer cadastrado e examinado.

Hoje, o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, só permite visita com acompanhamento de um guia devidamente treinado, o que praticamente acabou com o vandalismo.

(Marcelo Bortoloti. **Veja**, 5 de agosto de 2009, pp. 72-74, com adaptações)

11. O autor do texto salienta, sobretudo,

- (A) a inclusão de achados pré-históricos brasileiros entre os maiores representantes mundiais dessa arte milenar.
- (B) as medidas preventivas postas em prática, no Brasil, por pesquisadores responsáveis pela manutenção de sítios arqueológicos.
- (C) o descuido generalizado, no Brasil, em relação aos sítios arqueológicos, apesar de sua importância histórica e artística.
- (D) a importância comprovada dos achados pré-históricos, assim como aqueles já encontrados em alguns países europeus.
- (E) os estudos, atualmente bastante avançados, a respeito dos sítios arqueológicos existentes por todo o território brasileiro.

12. Está claro no texto que

- (A) as descobertas a respeito de achados pré-históricos no Piauí deverão transformá-los em *Patrimônio Cultural da Humanidade*.
- (B) o sentido de **arte rupestre** compreende *pinturas e inscrições pré-históricas, gravadas em rochas*.
- (C) as pinturas arqueológicas no Brasil, apesar do fato de que ficam a centenas de quilômetros umas das outras, têm sido amplamente estudadas.
- (D) a maior dificuldade nos estudos de achados arqueológicos está no fato de serem eles *desenhos de diferentes períodos*.
- (E) a dificuldade de conservação dos sítios arqueológicos no Brasil deve-se exclusivamente à *ação do tempo e das mudanças climáticas*.

13. A afirmativa que acentua o viés opinativo do texto, evidenciando a visão de seu autor, é:

- (A) *Dele, conhece-se apenas uma pequena parte*.
- (B) *... mas estima-se que esse número possa ser dez vezes maior*.
- (C) *... a essa agressão inevitável soma-se uma praga vergonhosa*.
- (D) *Nos levantamentos do Iphan a depredação atinge 3% do patrimônio nacional*.
- (E) *Mas os sítios formam uma das maiores concentrações do mundo de pinturas ainda não estudadas*.

14. Eles estão espalhados pelo país e guardam desenhos de diferentes períodos. Alguns são inscrições geométricas, outros sugerem animais, rituais, cenas de luta. (3º parágrafo)

Os pronomes grifados acima evitam a repetição no texto, respectivamente, de

- (A) os sítios, os desenhos, os desenhos.
- (B) os locais célebres, os sítios, os desenhos.
- (C) os desenhos, os sítios, os registros.
- (D) os registros, os desenhos, os sítios.
- (E) os estudos, os registros, os locais célebres.

15. ... mas estima-se que esse número possa ser dez vezes maior. (1º parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima introduz no contexto noção de

- (A) situação passada, que se repete no presente.
- (B) ênfase em um fato concreto e habitual.
- (C) condição para que uma situação se realize.
- (D) certeza baseada nas estimativas apresentadas.
- (E) hipótese provável da ocorrência de um fato.



Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Seja XYZ um número inteiro e positivo em que X, Y e Z representam os algarismos das centenas, das dezenas e das unidades, respectivamente. Sabendo que $36\ 935 \div (XYZ) = 83$, é correto afirmar que

- (A) $X = Z$
- (B) $X \cdot Y = 16$
- (C) $Z - Y = 2X$
- (D) $Y = 2X$
- (E) $Z = X + 2$

17. Sabe-se que dois Técnicos Judiciários de uma mesma Unidade do TRT – Cora e Durvalino – arquivaram $\frac{2}{3}$ do total de documentos de um lote durante o tempo em que trabalharam em conjunto e que os 42 documentos que lá restaram foram arquivados exclusivamente por Durvalino. Considerando que, durante o tempo em que executaram a tarefa juntos, a capacidade operacional de Durvalino foi 75% da de Cora, então, relativamente ao total de documentos do lote, Durvalino arquivou a mais do que Cora:

- (A) 30.
- (B) 32.
- (C) 35.
- (D) 42.
- (E) 48.

18. Certo dia, Valfredo saiu de casa em direção ao trabalho quando seu relógio digital de pulso marcava 9 horas, 15 minutos e 56 segundos, conforme mostra o esquema abaixo.

09	15	56
----	----	----

Se Valfredo chegou ao trabalho no instante em que todos os números que apareciam no mostrador do seu relógio mudaram simultaneamente pela primeira vez, então, nesse dia, o tempo que ele levou para ir de casa ao trabalho foi de

- (A) 38 minutos e 12 segundos.
- (B) 38 minutos e 52 segundos.
- (C) 42 minutos e 24 segundos.
- (D) 44 minutos e 4 segundos.
- (E) 44 minutos e 36 segundos.

19. No esquema abaixo, considere a relação existente entre o primeiro e o segundo grupos de letras, a contar da esquerda. A mesma relação deve existir entre o terceiro grupo e o quarto, que está faltando.

A C E B : D F H E :: L N P M : ?

O grupo de letras que substitui corretamente o ponto de interrogação é

- (A) N P R O
- (B) N Q S R
- (C) O Q S P
- (D) O R T P
- (E) P R T Q

20. Considere a seguinte sucessão de igualdades:

- (1) $4^2 = 16$
- (2) $34^2 = 1156$
- (3) $334^2 = 111556$
- (4) $3334^2 = 11115556$
- .
- .
- .

Considerando que, em cada igualdade, os algarismos que compõem os números dados obedecem a determinado padrão, é correto afirmar que a soma dos algarismos do número que apareceria no segundo membro da linha (15) é um número:

- (A) quadrado perfeito.
- (B) maior que 100.
- (C) divisível por 6.
- (D) par.
- (E) múltiplo de 7.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- (A) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- (B) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (C) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- (D) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (E) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

22. No tocante aos servidores públicos, é correto afirmar que

- (A) a Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, excluído sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- (B) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados, que deverão promovê-los anualmente.
- (C) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio em quatro parcelas, trimestrais, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (D) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; e as peculiaridades dos cargos.
- (E) os titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

23. O Presidente da República poderá delegar ao Procurador-Geral da República a competência de
- (A) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição Federal.
 - (B) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
 - (C) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
 - (D) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - (E) dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

24. Nos termos da Constituição Federal,

- (A) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (B) os Estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros.
- (C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, em outros Municípios ou Estado far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado pelo Chefe do Executivo Estadual.
- (D) à União não é vedado, recusar fé a documentos públicos, bem como estabelecer diferença entre brasileiros.
- (E) compete aos Municípios, dentre outras, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

25. Em tema de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, estabelece a Constituição Federal, dentre outras hipóteses, que

- (A) as decisões do Tribunal de Contas da União, de que resulte cancelamento de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.
- (B) será exercido pelo Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, aprovada a escolha pela Câmara dos Deputados.
- (C) os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros natos ou naturalizados, com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade e mais de cinco anos de atividade profissional.
- (D) o auditor, quando em substituição a Ministro do Tribunal de Contas da União, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.
- (E) será exercida pela Câmara dos Deputados, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder, devendo encaminhar ao Chefe do Executivo, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.



<p>26. Quanto ao Conselho Nacional de Justiça, estabelece a Constituição Federal, dentre outras hipóteses que compõe-se de</p> <p>(A) sete membros com mandato de um ano, admitida uma recondução.</p> <p>(B) onze membros com mandato de três anos, vedada a recondução.</p> <p>(C) quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(D) vinte e sete membros com mandato de um ano, admitida a recondução.</p> <p>(E) trinta e três membros com mandato de dois anos, vedada a recondução.</p>	<p>29. De acordo com a Lei nº 8.666/93 é inexigível a licitação, dentre outras hipóteses, quando</p> <p>(A) houver inviabilidade de competição.</p> <p>(B) houver grave perturbação da ordem.</p> <p>(C) houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.</p> <p>(D) a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços.</p> <p>(E) não acudirem interessados na licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>27. Acerca dos atributos dos atos administrativos, analise as seguintes assertivas:</p> <p>I. A imperatividade é um atributo que não existe em todos os atos administrativos.</p> <p>II. A autoexecutoriedade consiste em atributo existente em todos os atos administrativos.</p> <p>III. O atributo da tipicidade existe tanto em relação aos atos administrativos unilaterais, quanto em relação aos contratos.</p> <p>IV. Os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com presunção de legitimidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>30. Estabelece a Lei nº 8.112/90, que a ação disciplinar prescreverá, quanto às infrações punidas com advertência, cassação de aposentadoria, suspensão e destituição de cargo em comissão, respectivamente, em:</p> <p>(A) 180 dias; 02 anos; 05 anos e 02 anos.</p> <p>(B) 180 dias; 05 anos; 02 anos e 05 anos.</p> <p>(C) 02 anos; 180 dias; 05 anos e 02 anos.</p> <p>(D) 02 anos; 05 anos; 180 dias e 05 anos.</p> <p>(E) 05 anos; 02 anos; 02 anos e 180 dias.</p>
<p>28. No que diz respeito ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) O poder disciplinar é discricionário; isto significa que a Administração, tendo conhecimento de falta praticada por determinado servidor, não está obrigada a instaurar procedimento administrativo para sua apuração.</p> <p>(B) O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde; no uso do poder disciplinar, a Administração Pública controla o desempenho das funções executivas e a conduta interna de seus agentes, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.</p> <p>(C) Algumas penalidades administrativas podem ser aplicadas ao infrator, sem prévia apuração por meio de procedimento legal.</p> <p>(D) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não abrangendo particulares, ainda que sujeitos à disciplina administrativa.</p> <p>(E) Uma mesma infração pode dar ensejo a punição administrativa e a punição criminal; no entanto, a aplicação de ambas as penalidades, nas respectivas searas, caracteriza evidente <i>bis in idem</i>.</p>	<p>31. Quanto aos deveres do administrado perante a Administração no âmbito da Lei nº 9.784/99, é INCORRETO afirmar que o administrado deve</p> <p>(A) expor os fatos conforme a verdade.</p> <p>(B) proceder com urbanidade.</p> <p>(C) prestar as informações que lhe forem solicitadas.</p> <p>(D) colaborar para o esclarecimento dos fatos.</p> <p>(E) agir de modo temerário.</p> <p>32. Constitui ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/92, como atentatório aos princípios da Administração Pública:</p> <p>(A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.</p> <p>(B) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.</p> <p>(C) Frustrar a licitude de processo licitatório.</p> <p>(D) Agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.</p> <p>(E) Celebrar contrato que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.</p>

**Noções de Administração Pública**

33. O princípio da administração pública que tem por fundamento que qualquer atividade de gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza, denomina-se

- (A) Eficiência.
- (B) Moralidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Finalidade.
- (E) Impessoalidade.

34. A Administração Pública brasileira é classificada em administração direta e indireta. É correto afirmar que

- (A) a administração direta não é exercida pelos órgãos centrais diretamente integrados à estrutura do Poder Público.
- (B) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, com criação autorizada por lei para a prestação de serviço público ou a exploração de atividade econômica e pertence à administração indireta.
- (C) a administração indireta é exercida por entidades centralizadas que mantêm vínculos com o Poder Público, e estão diretamente integradas na sua estrutura.
- (D) autarquia é um ente autônomo, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e recursos próprios e pertence à administração direta.
- (E) fundação governamental ou pública é um patrimônio total ou parcialmente público, instituído pelo Estado e cuja função é a realização de determinados fins, pertence à administração direta.

35. Na organização da Administração Pública, a concessão de um serviço alinha-se com o modelo de estrutura organizacional, denominado

- (A) Estruturação matricial.
- (B) Desconcentração administrativa.
- (C) Descentralização administrativa.
- (D) Departamentalização por programas e serviços.
- (E) Desconcentração funcional.

36. A ação do gestor público na definição dos objetivos e os meios para alcançá-los de forma não aleatória, denomina-se

- (A) Organização funcional.
- (B) Controle *ad hoc*.
- (C) Coordenação dos recursos.
- (D) Função distributiva.
- (E) Planejamento governamental.

37. Na gestão da qualidade da administração pública a pesquisa, a avaliação e a apropriação dos melhores modelos de serviços e processos de trabalho de organizações reconhecidas como representantes das melhores práticas, denomina-se

- (A) Reengenharia.
- (B) *Benchmarking*.
- (C) Matriz GUT.
- (D) Método Ishikawa.
- (E) Método de Pareto.

38. Na gestão da qualidade dos serviços públicos, a representação gráfica que permite a visualização dos passos do processo do serviço ofertado ao cidadão, denomina-se

- (A) Organograma.
- (B) Ciclo PDCA.
- (C) Histograma.
- (D) Fluxograma.
- (E) Gráfico de Pareto.

39. Arquivos constituídos de documentos em curso ou frequentemente consultados para orientações de trabalho, controles ou tomada de decisões, conservados nos escritórios ou em dependências próximas de fácil acesso, são denominados

- (A) Correntes ou de primeira idade.
- (B) Intermediários.
- (C) Permanentes.
- (D) Intermediários de primeira idade.
- (E) Permanentes setoriais.

Noções de Orçamento Público e Finanças

40. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são estabelecidos por leis de iniciativa do Poder

- (A) Executivo.
- (B) Legislativo.
- (C) Judiciário.
- (D) Executivo e do Legislativo.
- (E) Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

41. O instrumento que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, denomina-se

- (A) Parceria Público-Privada.
- (B) Plano Plurianual.
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Fundo de Participação.

42. A Lei Orçamentária Anual compreende o

- (A) orçamento fiscal, as diretrizes orçamentárias e o orçamento de investimento das empresas.
- (B) plano plurianual, o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas.
- (C) plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento fiscal.
- (D) orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e as diretrizes orçamentárias.
- (E) orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.



43. A exclusividade concedida ao Poder Executivo para propor a Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual é garantida pelo princípio da
- (A) legalidade.
- (B) exclusividade.
- (C) não-afetação e quantificação dos créditos orçamentários.
- (D) reserva legal.
- (E) discriminação ou da especificação.

44. De acordo com a Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, é correto afirmar:
- (A) O sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo, não integrarão a Lei de Orçamento.
- (B) As receitas tributária, patrimonial e industrial classificam-se na categoria econômica receitas correntes.
- (C) O quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar será aprovado pelo Poder Legislativo, após a promulgação da Lei de Orçamento.
- (D) Créditos adicionais são as autorizações de despesas computadas ou suficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- (E) Os créditos adicionais não terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos créditos especiais e extraordinários.

45. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, é correto afirmar:
- (A) O Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) Os ativos contingentes serão avaliados por meio do Anexo de Riscos Fiscais.
- (C) A despesa total com pessoal dos Estados e Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder a 50% da receita corrente líquida.
- (D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o relatório resumido da execução orçamentária não são instrumentos de transparência da gestão fiscal.
- (E) A despesa e a assunção de compromisso serão registrados segundo o regime de competência, não se apurando, em caráter permanente, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

Noções de Direito do Trabalho

46. Com relação à alteração do contrato de trabalho, considere:
- I. Mudança do local de trabalho, sem anuência do empregado, com a alteração de seu domicílio.
- II. Transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
- III. Transferência do empregado para localidade diversa da qual resultar do contrato quando desta decorra necessidade do serviço, sob pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário, enquanto durar esta situação.

É lícita a alteração do contrato de trabalho o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

47. Considera-se noturna, para os empregados urbanos, a jornada que compreende o período entre as
- (A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, com adicional de 20%.
- (B) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, com adicional de, no mínimo, 15%.
- (C) 20 horas de um dia e 4 horas do dia seguinte, com adicional de 15%.
- (D) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, com adicional de, no mínimo, 20%.
- (E) 21 horas de um dia e 4 horas do dia seguinte, com adicional de, no mínimo, 20%.

48. Com relação aos períodos de descanso, considere as assertivas abaixo.
- I. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.
- II. Para o trabalho contínuo que não exceda seis horas, mas cuja duração seja superior a quatro horas, será obrigatório um intervalo de, no mínimo, dez minutos.
- III. Nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
- IV. Não sendo concedido o intervalo para repouso e alimentação, o empregador ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



49. Marcelo, empregado da empresa WX do Brasil Ltda, foi agredido fisicamente por seu empregador Fernando, em razão de chegar atrasado constantemente no trabalho. Inconformado, Marcelo revidou a agressão e atingiu Fernando com seu capacete, ferindo-o. Como não resolveram a questão amigavelmente, foi proposta Reclamação Trabalhista na Justiça do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região, confirmando o entendimento de primeiro grau, concluiu que ficou demonstrada a reciprocidade no tratamento desrespeitoso e agressivo de ambas as partes, que contribuíram para a impossibilidade da continuidade do pacto laboral. O juiz foi enfático ao afirmar que a tese de legítima defesa não se aplicaria ao caso, já que houve revide imediato por parte do reclamante, que bastaria se valer da via judicial para solucionar a questão. Dessa forma, reconhecida judicialmente a culpa recíproca no incidente, é correto afirmar que Marcelo

- (A) terá direito a receber 15% das verbas rescisórias referentes ao aviso prévio, ao 13º salário e às férias proporcionais que seriam devidas em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (B) terá direito a receber 25% das verbas rescisórias referentes ao aviso prévio, ao 13º salário e às férias proporcionais que seriam devidas em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (C) terá direito a receber 50% das verbas rescisórias referentes ao aviso prévio, ao 13º salário e às férias proporcionais que seriam devidas em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (D) terá direito a receber 100% das verbas rescisórias em razão da culpa do empregador, tendo em vista o princípio vigente no Direito do Trabalho do *in dubio pro operário*.
- (E) não terá direito a receber qualquer verba rescisória, tendo em vista tratar-se de hipótese de despedida por justa causa.

50. Quanto ao direito às férias, é correto afirmar:

- (A) Após cada período de dez meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes.
- (B) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de 18 dias corridos quando houver tido sete faltas injustificadas.
- (D) Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de vinte dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes.
- (E) Após cada período de dez meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de trinta dias úteis, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes.

51. O 13º salário é parte obrigatória a ser paga

- (A) a todos os empregados em uma única parcela até o dia 20 de dezembro. O empregado também tem direito a perceber a primeira parcela juntamente com as férias, se assim o requerer no mês de janeiro.
- (B) somente aos empregados que estiverem trabalhando no período mínimo de doze meses, em uma única parcela até o dia 20 de dezembro. O empregado pode receber a primeira parcela juntamente com as férias, se assim o requerer no mês de fevereiro.
- (C) a todos os empregados em duas parcelas. A primeira até o dia 30 de novembro, e a segunda até o dia 20 de dezembro. O empregado também tem direito a perceber a primeira parcela juntamente com as férias, se assim o requerer no mês de janeiro.
- (D) somente aos empregados que estiverem trabalhando no período mínimo de doze meses, em duas parcelas, sendo a primeira até o dia 30 de novembro, e a segunda até o dia 20 de dezembro. O empregado pode perceber a primeira parcela juntamente com as férias, se assim o requerer no mês de janeiro.
- (E) a todos os empregados em duas parcelas. A primeira até o dia 30 de novembro, e a segunda até o dia 20 de dezembro. O empregado não pode perceber nenhuma das parcelas juntamente com as férias, mesmo se assim o requerer.

Noções de Direito Processual do Trabalho

52. A respeito do prazo para contestação no Processo do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) Inexiste prazo para apresentar contestação na Secretaria da Vara na Reclamação Trabalhista, devendo ser a ação contestada na audiência inicial ou UNA.
- (B) O prazo para apresentar contestação na Secretaria da Vara na Reclamação Trabalhista é de dez dias a contar da citação do reclamado.
- (C) O prazo para apresentar contestação na Secretaria da Vara na Reclamação Trabalhista é de vinte dias a contar da citação do reclamado quando este se tratar de órgão da Administração Pública.
- (D) O prazo para apresentar contestação na Secretaria da Vara na Reclamação Trabalhista é de dez dias a contar da audiência inicial ou UNA.
- (E) O prazo para apresentar contestação na Secretaria da Vara na Reclamação Trabalhista é de vinte dias a contar da audiência inicial ou UNA, quando se tratar o reclamado de órgão da Administração Pública.

53. Na Justiça do Trabalho as custas serão pagas pelo

- (A) reclamante quando da propositura da Reclamação Trabalhista.
- (B) vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas dentro do prazo recursal.
- (C) reclamante, cinco dias após a audiência inicial ou UNA, caso não haja acordo entre as partes.
- (D) reclamado quando da apresentação da Contestação.
- (E) vencido, em até cinco dias após a prolação da sentença pelo juiz de primeiro grau.



<p>54. Danilo, 19 anos, trabalhava em uma empresa onde realizava horas extras que nunca lhe foram remuneradas. Por ter recebido proposta melhor de emprego, Danilo pediu dispensa da referida empresa e decidiu ajuizar Reclamação Trabalhista em face da mesma para reaver os valores relativos a tais horas. Diante dessa situação, é correto afirmar:</p> <p>(A) Danilo pode propor a Reclamação Trabalhista, independentemente de assistência de seus pais ou responsáveis.</p> <p>(B) Por ser menor de 21 anos de idade, Danilo necessita da assistência dos pais ou responsáveis para propor a Reclamação Trabalhista.</p> <p>(C) Quem deve propor a Reclamação Trabalhista requerendo as horas extras trabalhadas por Danilo são seus pais ou responsáveis, tendo em vista ser ele menor de 21 anos de idade.</p> <p>(D) Danilo pode propor a Reclamação Trabalhista desde que colacione aos autos autorização de seus pais ou responsáveis com fins específicos para tal postulação.</p> <p>(E) A Consolidação das Leis do Trabalho autoriza Danilo a propor a Reclamação Trabalhista, porém, na audiência UNA ou inicial deve estar acompanhado de seus pais ou responsáveis.</p>	<p>57. Com relação aos recursos na Justiça do Trabalho:</p> <p>(A) Cabe agravo de instrumento, no prazo de dez dias, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.</p> <p>(B) Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de dez dias.</p> <p>(C) Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de oito dias.</p> <p>(D) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.</p> <p>(E) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de oito dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação.</p>
<p>55. Sobre a revelia, considere:</p> <p>I. A ausência do reclamado em audiência, apesar de regularmente intimado, configura revelia.</p> <p>II. A revelia importa na confissão do reclamado quanto à matéria de fato.</p> <p>III. Havendo revelia, mas ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.</p> <p>IV. A revelia pode ser aplicada tanto ao reclamante quanto ao reclamado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região</p> <p>58. Em relação a distribuição dos processos, estabelece o Regimento, dentre outras hipóteses, que</p> <p>(A) o Presidente do Tribunal não poderá designar outro Desembargador Federal do Trabalho para presidir a audiência de distribuição dos feitos.</p> <p>(B) os processos que se relacionem por conexão ou continência com outro já ajuizado, serão distribuídos livremente.</p> <p>(C) concorrerão à distribuição todos os membros do Tribunal, ainda que impedidos, nos termos da lei e do Regimento, bem como o Presidente do Tribunal.</p> <p>(D) em se tratando de recurso contra ato do Presidente do Tribunal em matéria administrativa deverá ser distribuído ao Relator.</p> <p>(E) nos casos de suspeição ou impedimento não será processada nova distribuição, mediante compensação.</p> <p>59. De acordo com o Regimento, nas sessões de julgamento, apregoados o processo, o Relator fará uma exposição circunstanciada da causa. Findo o relatório e ouvido o revisor, o Presidente dará a palavra aos advogados das partes para sustentação oral, por</p> <p>(A) 10 minutos cada.</p> <p>(B) 15 minutos cada.</p> <p>(C) 20 minutos cada.</p> <p>(D) 25 minutos cada.</p> <p>(E) 30 minutos cada.</p>
<p>56. Considere:</p> <p>I. Sentenças transitadas em julgado.</p> <p>II. Acordos cumpridos na sua integralidade.</p> <p>III. Custas.</p> <p>IV. Multas.</p> <p>A execução compreende APENAS os itens</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>60. Estabelece o Regimento que dentre as atribuições da Presidência, NÃO se inclui:</p> <p>(A) aplicar penas disciplinares aos servidores do Tribunal da 22ª Região, observadas as limitações legais e regimentais.</p> <p>(B) rever e revogar as Súmulas de Uniformização de Jurisprudência aprovadas pela maioria simples dos membros efetivos ou não do Tribunal.</p> <p>(C) antecipar, prorrogar e suspender o expediente dos órgãos da Justiça do Trabalho da 22ª Região, <i>ad referendum</i> do Tribunal.</p> <p>(D) designar os integrantes de comissões de licitações, de sindicâncias e de inquéritos.</p> <p>(E) autorizar e aprovar a instauração do processo de compra pelo Tribunal e autorizar o seu pagamento.</p>